



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
2012

*Demonstrações
Contábeis*

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

ATIVO	Exercício 2012	Exercício 2011	PASSIVO	Exercício 2012	Exercício 2011
DISPONÍVEL	98	597	EXIGÍVEL OPERACIONAL	21.992	19.319
REALIZÁVEL	2.817.893	2.590.384	Gestão Previdencial	1.238	1.529
Gestão Previdencial	33.673	33.668	Gestão Administrativa	880	537
Gestão Administrativa	2.353	2.359	Investimentos	19.874	17.253
Investimentos	2.781.867	2.554.357	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	112.058	84.247
Crédito Privados e Depósitos	17.018	9.761	Gestão Previdencial	107.706	81.634
Ações	19.496	14.652	Gestão Administrativa	2.279	2.125
Fundos de Investimento	2.477.172	2.259.551	Investimentos	2.073	488
Derivativos	27	0	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.695.447	2.495.946
Investimentos Imobiliários	174.027	175.477	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.664.202	2.475.375
Empréstimos	87.394	88.745	Provisões Matemáticas	2.637.671	2.471.730
Financiamentos Imobiliários	6.091	5.829	Benefícios Concedidos	1.802.646	1.744.002
Depósitos Judiciais/Recurais	294	83	Benefícios a Conceder	835.025	727.728
Outros Realizáveis	348	259	Equilíbrio Técnico	26.531	3.645
PERMANENTE	11.506	8.531	Resultados Realizados	26.531	3.645
Imobilizado	8.061	5.366	Superávit Técnico Acumulado	26.531	3.645
Intangível	3.445	3.165	Fundos	31.245	20.571
			Fundos Previdenciais	5.622	3.030
			Fundos Administrativos	22.353	14.993
			Fundos dos Investimentos	3.270	2.548
TOTAL DO ATIVO	2.829.497	2.599.512	TOTAL DO PASSIVO	2.829.497	2.599.512

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor - Presidente
CPF 166.111.283-87

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

PLANO BD

Demonstração do Ativo Líquido

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	2.696.867	2.531.951	6,51
Disponível	10	565	-98,23
Recebível	53.031	47.543	11,54
Investimento	2.643.826	2.483.843	6,44
Ações	7.366	13.629	-45,95
Fundos de Investimento	2.369.244	2.199.821	7,70
Investimentos Imobiliários	174.027	175.477	-0,83
Empréstimos	86.456	88.745	-2,58
Financiamentos Imobiliários	6.091	5.829	4,49
Depósitos Judiciais/Rekursais	294	83	254,22
Outros Realizáveis	348	259	34,36
2. Obrigações	129.333	100.895	28,19
Operacional	19.554	18.773	4,16
Contingencial	109.779	82.122	33,68
3. Fundos não Previdenciais	22.819	16.436	38,84
Fundos Administrativos	19.550	13.888	40,77
Fundos dos Investimentos	3.269	2.548	28,30
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.544.715	2.414.620	5,39
Provisões Matemáticas	2.518.202	2.410.975	4,45
Superávit/Déficit Técnico	26.513	3.645	627,38

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor - Presidente
CPF 166.111.283-87**FERNANDO BARROS DE LIMA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

PLANO BD

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variacão (%)
(+/-) A) Ativo Líquido - início do exercício	2.414.620	2.268.377	6,45
1. Adições	437.164	412.906	5,87
(+) Contribuições	116.625	109.972	6,05
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	320.539	290.992	10,15
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	11.942	-100,00
2. Destinações	(307.069)	(266.663)	15,15
(-) Benefícios	(270.933)	(256.779)	5,51
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(25.668)	-	0,00
(-) Custeio Administrativo	(10.468)	(9.884)	5,91
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	130.095	146.243	-11,04
(+/-) Provisões Matemáticas	(107.227)	(96.118)	11,56
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(22.868)	(50.125)	-54,38
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.544.715	2.414.620	5,39
C) Fundos não Previdenciais	22.819	16.436	38,84
(+/-) Fundos Administrativos	19.550	13.888	40,77
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.269	2.548	28,30

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor - Presidente
CPF 166.111.283-87

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

PLANO BD

Demonstração das Obrigações Atuariais

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	2.544.715	2.414.620	5,39
1. Provisões Matemáticas	2.518.202	2.410.975	4,45
1.1. Benefícios Concedidos	1.802.104	1.744.002	3,33
Benefício Definido	1.802.104	1.744.002	3,33
1.2. Benefícios a Conceder	716.098	666.973	7,37
Benefício Definido	716.098	666.973	7,37
2. Equilíbrio Técnico	26.513	3.645	627,38
2.1. Resultados Realizados	26.513	3.645	627,38
Superávit Técnico Acumulado	26.513	3.645	627,38
Reserva de Contingência	26.513	3.645	627,38

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor - Presidente
CPF 166.111.283-87**FERNANDO BARROS DE LIMA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

PLANO CV I

Demonstração do Ativo Líquido

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	129.469	64.897	99,50
Disponível	86	23	273,91
Recebível	2.995	1.119	167,65
Investimento	126.388	63.755	98,24
Crédito Privados e Depósitos	17.018	9.761	74,35
Ações	12.130	1.022	1.086,89
Fundos de Investimento	96.276	52.972	81,75
Derivativos	27	0	0,00
Empréstimos	937	0	0,00
2. Obrigações	1.557	7	22.142,86
Operacional	1.557	7	22.142,86
3. Fundos não Previdenciais	2.803	1.106	153,44
Fundos Administrativos	2.802	1.106	153,35
Fundos dos Investimentos	1	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	125.109	63.784	96,14
Provisões Matemáticas	119.469	60.754	96,64
Superávit/Déficit Técnico	18	0	0,00
Fundos Previdenciais	5.622	3.030	85,54

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor - Presidente
CPF 166.111.283-87

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

PLANO CV I

Demonstração da Muta o do Ativo Líquido

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRI�O	Exercício 2012	Exercício 2011	Variacão (%)
(+/-) A) Ativo Líquido - início do exercício	63.784	17.537	263,71
1. Adi�es	64.470	48.845	31,99
(+) Contribui�es	51.934	45.846	13,28
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.536	2.999	318,01
2. Destina�es	(3.145)	(2.598)	21,05
(-) Benefícios	(224)	(54)	314,81
(-) Custeio Administrativo	(2.921)	(2.544)	14,82
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	61.325	46.247	32,60
(+/-) Provisões Matemáticas	(58.714)	(44.186)	32,88
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.593)	(2.061)	25,81
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(18)	0	0,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	125.109	63.784	96,14
C) Fundos não Previdenciais	2.803	1.106	153,44
(+/-) Fundos Administrativos	2.802	1.106	153,35
(+/-) Fundos dos Investimentos	1	0	0

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor - Presidente
CPF 166.111.283-87**FERNANDO BARROS DE LIMA**Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 248.174.303-20**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

PLANO CV I

Demonstração das Obrigações Atuariais

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	119.487	60.755	96,67
1. Provisões Matemáticas	119.469	60.755	96,64
1.1. Benefícios Concedidos	542	0	0,00
Benefício Definido	542	0	0,00
1.2. Benefícios a Conceder	118.927	60.755	95,75
Contribuição Definida	118.927	60.755	95,75
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	58.928	30.062	96,02
Saldo de contas - parcela participantes	59.999	30.693	95,48
2. Equilíbrio Técnico	18	0	0
2.1. Resultados Realizados	18	0	0
Superávit Técnico Acumulado	18	0	0
Reserva de Contingência	18	0	0

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor - Presidente
CPF 166.111.283-87

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variacão (%)
(+/-) A) Patrimônio Social - início do exercício	2.495.946	2.299.338	8,55
1. Adições	506.681	463.211	9,38
(+) Contribuições Previdenciais	155.170	143.390	8,22
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	333.075	293.991	13,29
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	11.942	-100,00
(+) Receitas Administrativas	16.467	12.761	29,04
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.247	576	116,49
(+) Constituição de Fundos de Investimento	722	551	31,03
2. Destinações	(307.180)	(266.603)	15,22
(-) Benefícios	(271.157)	(256.832)	5,58
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(25.668)	0	0,00
(-) Despesas Administrativas	(10.201)	(9.454)	7,90
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(154)	(317)	-51,42
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	199.501	196.608	1,47
(+/-) Provisões Matemáticas	165.941	140.306	18,27
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	22.886	50.125	-54,34
(+/-) Fundos Previdenciais	2.593	2.061	25,81
(+/-) Fundos Administrativos	7.359	3.565	106,42
(+/-) Fundos dos Investimentos	722	551	31,03
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.695.447	2.495.946	7,99

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor - Presidente
CPF 166.111.283-87

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

em 31 de dezembro de 2012

valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	14.993	11.428	31,20
1. Custeio da Gestão Administrativa	17.714	13.337	32,82
1.1. Receitas	17.714	13.337	32,82
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	13.389	12.428	7,73
Receitas Diretas	2	16	-87,50
Resultado Positivo dos Investimentos	1.247	576	116,49
Outras Receitas	3.076	317	870,35
2. Despesas Administrativas	10.354	9.772	5,96
2.1. Administração Previdencial	5.243	4.838	8,37
Pessoal e encargos	3.314	3.009	10,14
Treinamentos/congressos e seminários	63	55	14,55
Viagens e estadias	73	52	40,38
Serviços de terceiros	497	498	-0,20
Despesas gerais	722	693	4,18
Depreciações e amortizações	420	372	12,90
Contingências	154	159	-3,14
2.2. Administração dos Investimentos	5.111	4.934	3,59
Pessoal e encargos	3.487	3.218	8,36
Treinamentos/congressos e seminários	67	52	28,85
Viagens e estadias	70	67	4,48
Serviços de terceiros	490	471	4,03
Despesas gerais	577	595	-3,03
Depreciações e amortizações	420	372	12,90
Contingências	0	159	-100,00
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	7.360	3.565	106,45
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	7.360	3.565	106,45
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	22.353	14.993	49,09

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor - Presidente
CPF 166.111.283-87

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

*Notas
Explicativas*

1. Características e finalidades

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos Participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos Patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos Beneficiários inscritos pelos Participantes para tal finalidade.

2. Planos de benefícios administrados

A Capef administra 02 (dois) planos previdenciários:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB (Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios) da PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus Participantes e Beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos Participantes desde 26.11.1999. Em 31 de dezembro de 2012 possui 2.307 Participantes ativos (2.332, em 2011), 3.395 Participantes Assistidos (3.432, em 2011) e 952 pensionistas (917, em 2011).

2.2) Plano de Contribuição Variável – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I inscrito sob o nº 20.100.014-19 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC, iniciou suas operações em 19.05.2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus Participantes e Beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2012, conta com 3.499 Participantes ativos (3.240, em 2011) e 04 pensionistas (não existiam pensionistas em 2011).

3. Apresentação das demonstrações contábeis

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios e consolidadas em moeda corrente e foram apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC Nº 29 de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/PREVIC Nº 5, de 08 de setembro de 2011, a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A Entidade elabora mensalmente e envia trimestralmente à Previc, os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além de um balancete consolidado.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Capef são as seguintes:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa conforme consente o item 8.1 do Anexo C – Normas Gerais da Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 e as receitas de dividendos decorrentes de investimentos em ações.

4.2) Composição do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em Caixa e Equivalentes de Caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria e remessa de numerários para outras praças até a data do balanço.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Neste grupo registra-se a atividade fim de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e é destinado ao registro contábil dos planos de benefícios de caráter previdenciário. O grupo de contas contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos Participantes e Beneficiários Assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de Patrocinadores, Participantes ativos e Assistidos (aposentados) e Beneficiários Assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referentes aos adiantamentos concedidos aos empregados; adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Este grupo incorpora as aplicações dos recursos garantidores dos planos previdenciais e os recursos administrativos líquidos em créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários, em consonância com a Resolução nº 3792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

4.2.4.1) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE e Debêntures. As aplicações em DPGE são investimentos que contam com a garantia, de até R\$ 20 milhões por instituição financeira, do FGC - Fundo Garantidor de Crédito. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações, de capital aberto.

4.2.4.2) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465 de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25 de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

4.2.4.3) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome a classe. Fazem parte

desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. Parte dos Títulos Públicos indexados a IPCA e todos os DPGE's, estão contabilizados como títulos mantidos até o vencimento, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA.

Em conformidade ao disposto na Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários, integrantes do Banco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo, estão classificados em Títulos para Negociação e Títulos Mantidos até o Vencimento.

A Resolução CGPC nº 15 de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como "títulos mantidos até o vencimento" apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

b) Ações

São classificados como fundos de ações, aqueles que possuem, no mínimo, 67% do patrimônio do fundo aplicados em ações. Os fundos são contabilizados diariamente pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465 de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25 de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

c) Multimercado

São classificados como multimercados os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Além disso, o Fortaleza Multimercado FI utiliza-se de instrumentos de derivativos. O fundo é contabilizado diariamente pela variação das quotas.

d) Índice de Mercado

São classificados como índice de mercado os fundos que buscam retornos de investimentos que correspondam, de forma geral, ao desempenho de um determinado índice de referência.

e) Empresas Emergentes

São fundos que investem em uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração. São contabilizadas, diariamente, nesta rubrica, as variações das quotas do fundo Nordeste Empreendedor.

f) Imobiliário

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping center, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas do fundo, que podem ser negociadas na bolsa de valores.

4.2.4.4) Derivativos

Nessa conta são registrados os pagamentos ou os recebimentos dos prêmios das opções sobre ações, negociados pela Capef.

4.2.4.5) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação determinado por perito independente, para imóveis com prazo de aquisição superior a três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados eventualmente valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os imóveis componentes da Carteira são reavaliados no mínimo a cada três anos, em consonância com determinações legais.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou às suas Patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência. Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas da Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Quadro I Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2.4.6) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos Participantes e Beneficiários Assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à do quadro I demonstrado anteriormente. A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado, quando o saldo devedor do imóvel exceder o limite máximo contratado com uma companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a ou 12% a.a., conforme o caso, pela taxa de juros atuarial de 6% a.a.

4.2.4.7) Depósitos Judiciais/Recurrais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos em justiça.

4.2.4.8) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar. (vide nota 5.3.9).

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel está registrado pelo custo da reavaliação realizada em 2012, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 para atender à convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por direitos a benefícios pelos Participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável, assim como os depósitos judiciais/recurrais relativos às contingências. As contingências classificadas com chance de perda possível, são evidenciadas em Nota Explicativa e quando a chance de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis, conforme estabelece a Resolução nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. As contas que compõem o patrimônio social são o Patrimônio de Cobertura dos Planos, que se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico) e os Fundos.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam ao fim de cada período os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder conforme definido a seguir:

- Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os Participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os Participantes em atividade.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Quando da ocorrência de superávit, esse deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas.

4.3.3.3) Fundos

Registra recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.
- Gestão Administrativa – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem a meta fixada pelo atuário e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- Investimentos – fundos que se destinam à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

5. Realizável

5.1) Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, os adiantamentos realizados a Participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 10 mil), diferenças de contribuições a receber face revisão no Regulamento do ano de 2003 (R\$ 213 mil), do Plano BD, além de custeio a ser ressarcido pelo PGA ao Plano CV I (R\$ 193 mil) e, por fim, os valores relacionados aos depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais), que totalizam um montante de R\$ 33.673 mil.

PLANO	RECURSOS A RECEBER		ADIANTAMENTOS		DEPÓSITOS JUDICIAIS/ RECURSAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
BD	10	10	213	226	33.160	33.363	97	56	33.480	33.655
CV	0	13	0	0	0	0	193	0	193	13
	10	23	213	226	33.160	33.363	290	56	33.673	33.668

Destacamos a seguir o detalhamento da rubrica “Outros Recursos a Receber”, do Plano BD, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, que estabelece o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis que contenham a denominação “Outro(a)s”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas contábeis.

5.1.1) Outros Recursos a Receber

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2012	2011
Patrocinador(es)	5	5
BNB ⁽¹⁾	4	4
Capecf ⁽²⁾	1	1
Participantes	5	5
BNB ⁽¹⁾	4	4
Capecf ⁽²⁾	1	1
TOTAL	10	10

Os valores correspondem a: ⁽¹⁾ diferenças de contribuições dos Patrocinadores e Participantes ativos, do Plano BD, face revisão do Regulamento de 2003, que estão sendo pagas de forma parcelada; ⁽²⁾ provisão de 1/12 da contribuição para a Capecf incidente sobre as férias dos funcionários Participantes do Plano BD.

5.2) Gestão Administrativa

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, os adiantamentos realizados a empregados (salários, 13º salário, férias e outros), para serem compensados quando do pagamento definitivo das obrigações, os valores relacionados aos depósitos que a Entidade efetua em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais); além de outras utilizações de recursos da Gestão Administrativa que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2012, os recebíveis administrativos totalizaram R\$ 2.353 mil (R\$ 2.359 mil, em 2011).

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2012	2011
Contas a Receber	112	113
Contribuições para Custeio ⁽¹⁾	0	5
Responsabilidade de Empregados ⁽²⁾	98	74
Responsabilidade de Terceiros ⁽³⁾	14	34
Despesas Antecipadas	116	121
Adiantamentos ⁽⁴⁾	37	32
Pagamentos Antecipados ⁽⁵⁾	75	86
Almoxarifado ⁽⁶⁾	4	3
Depósitos Judiciais/Recursais ⁽⁷⁾	2.125	2.125
TOTAL	2.353	2.359

O saldo deste grupamento corresponde: ⁽¹⁾ custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a ajustes nas contribuições dos meses de dezembro; ⁽²⁾ empréstimos de férias concedidos aos funcionários e que serão pagos em 12 parcelas; ⁽³⁾ direitos da Entidade a ressarcimentos diversos junto a terceiros; ⁽⁴⁾ corresponde primordialmente aos adiantamentos das férias, cuja apropriação se dará no mês de competência (jan/2013); ⁽⁵⁾ corresponde primordialmente aos cartões refeições de funcionários e diversas garantias de manutenção dos softwares e hardwares ⁽⁶⁾ aquisições de produtos de escritório e limpeza que serão despesados quando da utilização e ⁽⁷⁾ valores relacionados aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa do interesse da Entidade (depósitos recursais) nas questões contingenciais administrativas (PIS/COFINS e Ação Trabalhista).

5.3) Investimentos

O saldo consolidado dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está detalhado no quadro a seguir:

Rubricas	R\$ mil	
	2012	2011
Investimentos	2.781.867	2.554.357
Créditos Privados e Depósitos	17.018	9.761
Instituições Financeiras	11.990	9.761
Companhias Abertas	5.028	0
Ações	19.496	14.652
Instituições Financeiras	192	0
Companhias Abertas	11.938	1.023
Patrocinadores	7.366	13.629
Fundos de Investimento	2.477.172	2.259.551
Renda Fixa	2.193.894	2.014.071
Ações	136.413	119.648
Multimercado	125.921	117.638
Índice de Mercado	15.760	8.067
Empresas Emergentes	177	127
Imobiliário	5.007	0
Derivativos	27	0
Opções – Ações	27	0
Investimentos Imobiliários	174.027	175.477
Empréstimos	87.394	88.745
Financiamentos	6.091	5.829
Depósitos Judiciais/Recursais	294	83
Outros Realizáveis	348	259

5.3.1) Créditos Privados e Depósitos

5.3.1.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizados aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito – DPGE, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores dos DPGE se dão através da valorização dos seus indexadores.

TIPO	EMISSION / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DPGE	Banco Indusval	02/03/15	2.000	2.000	2.545	2.545	VENCIMENTO
DPGE	Banco Fibra	02/03/15	2.000	2.000	2.543	2.543	VENCIMENTO
DPGE	Banco Schahin	16/12/15	2.000	2.000	2.534	2.534	VENCIMENTO
DPGE	Banco Mercantil do Brasil	04/04/17	4.000	4.000	4.368	4.368	VENCIMENTO
				Total	11.990	11.990	

5.3.1.2) Companhias Abertas

Estão contabilizados, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures se dão através da valorização dos seus indexadores.

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR NA CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DEBENTURE	C.A.R.T	15/12/24	5.000	5.022	5.028	5.028	NEGOCIAÇÃO
Total					5.028	5.028	

5.3.2) Ações

5.3.2.1) Instituições Financeiras

As ações de BBAS3 registrada na rubrica de instituições financeiras pertencem exclusivamente ao Plano CV I. O referido papel possui um custo de R\$ 149 mil, e um valor de mercado de R\$ 192 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações se dão através da cotação de fechamento do pregão da Bovespa.

5.3.2.2) Companhias Abertas

As ações registradas na rubrica de companhias abertas, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I, encontram-se discriminados abaixo. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO	ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
BRAP4	645	657	GOLL4	1035	1096
BRML3	651	692	LAME4	1375	1389
CESP6	564	562	MPLU3	105	119
CMIG4	158	136	MRVE3	593	599
CSNA3	524	593	OGXP3	184	86
CTIP3	593	635	PCAR4	336	335
CYRE3	880	894	PETR4	1257	1074
DASA3	346	343	TCSA3	311	250
FIBR3	579	564	VALE5	1088	1226
GFSA3	501	506	VLID3	107	182
TOTAL CUSTO	11.832		TOTAL FINANCEIRO	11.938	

5.3.2.3) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON / PN do Patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil – S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 7.366 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

5.3.3) Fundos de Investimento

5.3.3.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa, da Capef, é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, administrado pelo BNB em gestão compartilhada com a Capef, e por cotas do fundo Capital Market, de gestão do Banco BTG Pactual.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto ao Banco Itaú, instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009. Dentro da carteira de renda fixa existe um valor de R\$ 282 mil referente a bloqueio judicial. Segue o detalhamento da carteira consolidada:

R\$ mil

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	CATEGORIA
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.14	11.300	19.944	25.260	27.504	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.05.15	77.709	98.351	163.707	190.190	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.20	28.400	49.905	61.628	76.649	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.22	10.000	26.618	27.535	27.535	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.24	242.597	337.605	473.133	677.692	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.05.35	316.106	513.686	649.811	922.182	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.05.45	260.225	367.181	496.339	796.217	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.50	10.000	30.092	31.451	31.451	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.50	42.000	130.764	131.120	132.094	Vencimento
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	07.06.13	21.169	115.258	115.290	115.290	Negociação
Fundo Crédito Privado I	BTG Pactual	01.07.14	1.812.000	-	1.938	1.938	Negociação
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	01.01.19	2.318.078	-	2.911	2.911	Negociação
DPGE	Banco BICBANCO	28.09.13	10.000	10.000	13.561	13.561	Vencimento
CONTAS PAGAR/ RECEBER	-	-	-	-	267	267	-
TESOURARIA	-	-	-	-	5	5	-
Cota do Fundo Capital Market	BTG Pactual	-	45.754	-	220	220	Negociação
Total de Renda Fixa				1.699.404	2.194.176	3.015.706	

Em atendimento as recomendações da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.179, de 24 de julho de 2009, ressaltamos que as notas explicativas de 2011 apresentavam cotas de fundos de renda fixa, no valor de R\$ 3.501 mil, com uma classificação de mantidos até o vencimento, quando na verdade a classificação correta é títulos para negociação.

Em 2012, a Capef, respeitando o disposto nas Resoluções CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e nº 15 de 23 de agosto de 2005, efetuou o alongamento de parte da carteira de Renda Fixa em virtude dos seguintes motivos:

- Condição de liquidez apresentada pelo plano a partir de 2035;
- Maior adequação na relação do fluxo de caixa dos investimentos com as obrigações do plano;
- Redução da concentração de títulos NTN-B com vencimento no ano de 2035;
- Inexistência de títulos com vencimento 2050 na carteira do plano;
- Mitigação do risco de reaplicação dos investimentos de renda fixa da carteira; e
- Realização de ganho imediato na carteira e uma melhora na perspectiva de retorno, em função do cenário esperado de redução da taxa de juros real da economia no longo prazo.

O efeito da troca refletiu no valor da quota do Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário e no resultado do Plano BD.

Segue a relação de títulos negociados em conformidade com a Resolução CGPC nº 15:

TIPO	VENDAS				AQUISIÇÕES			
	Título / Vencimento	Qtde	Financeiro (EM R\$)	Registro Contabilidade (EM R\$)	Título / Vencimento	Qtde	Financeiro (EM R\$)	Resultado Financeiro (EM R\$)
21.12.12	NTN-B / 2035	45.000	130.055.259,46	96.897.141,49	NTN-B 2050	42.000	130.763.582,62	33.158.117,97

Os parâmetros utilizados na determinação dos valores a mercado, foram gerados a partir da divulgação dos Preços Unitários, referente a taxa indicativa, colhidos junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA

As cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, são segregadas entre os três planos da Caepf. O Plano BD detêm 70.266.136 cotas, enquanto o Plano CV I possui 2.350.536 cotas e o Plano de Gestão Administrativa com 387.728 cotas.

O saldo consolidado, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, possui a segregação demonstrada a seguir dos valores monetários entre os planos de benefícios e administrativo:

	R\$ mil	
	2012	2011
Fundo de Investimento - Renda Fixa	2.193.894	2.014.071
Plano BD	2.111.603	1.962.408
Plano CV	70.639	44.905
Plano Administrativo	11.652	6.758

5.3.3.2) Ações

Parte da carteira de ações é administrada por meio de fundos exclusivos de ações Banco do Nordeste FIA Previdenciário Exclusivo e Banco do Nordeste FIC FIA Previdenciário Exclusivo, tendo gestão compartilhada com a Caepf. Ao final do ano de 2012, os gestores eram: BNB, BTG Pactual, Itaú-Unibanco e Sulamerica, selecionados segundo critérios definidos pela Caepf, que priorizam aspectos como retorno e risco do investimento. As ações integrantes dos fundos encontram-se custodiadas em instituições financeiras autorizadas pela CVM para esta finalidade, conforme disciplinado na Resolução CMN n.º 3792, de 24 de setembro de 2009.

A Caepf adota como referência de benchmark, para o segmento de Renda Variável, o IBrX-50. A composição do índice é ponderada por critérios de valor de mercado e liquidez, que exprime a variação média diária de uma carteira de 50 ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações se dão através da cotação de fechamento do pregão da bolsa de valores de São Paulo.

Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras de Fundo de Investimentos em Ações encontram-se discriminados a seguir:

R\$ mil

ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
ITUB4	12.716	12.628
PETR4	13.408	11.837
VALE5	9.181	11.629
BBDC4	6.597	10.105
AMBV4	7.314	9.870
VALE3	8.849	8.801
PETR3	9.161	7.695
BVMF3	3.227	4.049
BRFS3	2.795	3.478
BBAS3	3.245	3.397
ITSA4	3.271	3.024
GGBR4	2.160	2.312
CCRO3	1.925	2.225
CIEL3	1.979	2.145
BRML3	1.669	1.970
VIVT4	1.939	1.790
LREN3	1.025	1.731
CSNA3	1.644	1.303
CMIG4	2.073	1.269
NATU3	686	1.237

ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
OGXP3	1.607	1.173
JBSS3	1.227	1.163
LAME4	794	1.032
CYRE3	826	1.025
BRAP4	940	893
SANB11	921	883
PCAR4	469	836
MRVE3	550	792
TIMP3	881	785
GOAU4	592	671
HGTX3	721	663
RENT3	444	630
USIM5	458	615
BRPR3	563	602
PDGR3	920	596
CSAN3	357	555
HYPE3	466	534
FIBR3	254	524
DASA3	479	481
CTIP3	439	437

ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
ALLL3	441	435
MRF3	362	412
CRUZ3	254	401
SBSP3	313	321
GFS3	254	321
ARTR3	259	313
UGPA3	255	268
BEEF3	203	261
RDNI3	201	231
OIBR4	244	231
TRPL4	199	221
CPFE3	230	220
MMXM3	184	213
ALSC3	202	193
CESP6	125	192
ESTC3	207	188
BHGR3	161	181
RSID3	145	162
GOLL4	116	160
ENBR3	180	157

ATIVO	CUSTO	FINANCEIRO
BRKM5	145	138
BISA3	180	134
MGLU3	117	115
DTEX3	70	114
ELPL4	111	93
SUZB5	74	87
USIM3	118	85
RSID9	72	81
ECOR3	71	74
BTOW3	21	63
LLXL3	71	51
RADL3	34	44
MMXM1	-	9
CCPR3	1	1
COTAS DE FUNDOS		10.336
COMPROMISSADA		1.592
RECEBER DOS FUNDOS		703
CAIXA		227

INVESTIMENTOS EM FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - TOTAL CUSTO	R\$114.392
INVESTIMENTOS EM FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - TOTAL FINANCEIRO	R\$136.413

5.3.3.3) Multimercado

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado cujo montante totaliza R\$ 125.921 mil, sendo seu patrimônio composto exclusivamente por recursos do Plano BD.

Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações e das opções de ações são obtidos através da cotação de fechamento do pregão da bolsa de valores de São Paulo. Para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC e para os Fundos de Renda Fixa os parâmetros utilizados na determinação dos valores se dão pela valorização de suas cotas. Para as debêntures e os DPGE, os valores contabilizados são determinados em função dos índices e taxas de remuneração desses ativos. Os valores dos títulos públicos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidos junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os títulos públicos registrados na categoria mantidos até o vencimento, tem seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras do Fundo Fortaleza Multimercado encontram-se discriminados a seguir:

R\$ mil

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)
Ações no mercado a vista	-	-	-	-	34.700	34.700	Negociação
Opções	-	-	-	-	(563)	-563	Negociação
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	1.048.673	-	6.527	6.527	Negociação
FIDC	CEEE	15.07.15	2.792	-	2.005	2.005	Negociação
FIDC	CESP	15.06.17	22	-	5.530	5.530	Negociação
Debêntures	Energisa (*)	01.04.14	150	1.513	917	917	Negociação
Debêntures	ALL (*)	01.09.14	200.000	2.153	1.375	1.390	Vencimento
Debêntures	Ampla	15.12.15	250.000	2.510	2.990	2.990	Vencimento
Debêntures	Transmissão Paulista	15.12.17	250.000	2.522	3.111	3.111	Vencimento
Debêntures	CEMIG	15.12.17	780.000	7.815	10.342	10.342	Vencimento
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15.12.24	5.000	5.022	5.028	5.028	Negociação
DPGE	BICBANCO	30.08.13	4.000	4.000	5.439	5.439	Vencimento
DPGE	Banco Máxima	27.12.14	5.000	5.000	6.485	6.485	Vencimento
DPGE	Banco Schahin	25.04.16	2.000	2.000	2.497	2.497	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.05.13	3.100	4.986	6.870	7.090	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.05.15	3.000	4.675	6.504	7.342	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.20	3.500	6.403	7.752	9.446	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15.08.50	08.09.13	23.12.40	15726	15.726	Negociação
Termo	-	-	-	-	3968	3.968	Negociação
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	(1.294)	-1.294	-
Tesouraria	-	-	-	-	12	12	-
Total de Renda Fixa				63.567	125.921	128.688	

(*) As debêntures em destaque possuem um valor de aplicação superior ao valor contábil devido as mesmas já estarem sendo amortizadas.

A seguir apresentamos o detalhamento das ações que fazem parte do Fortaleza Multimercado:

		R\$ mil	
AÇÕES	FINANCEIRO	AÇÕES	FINANCEIRO
SMAL11	3.775	BRAP4	657
BOVA11	3.313	VLID3	651
SAAG11	2.971	CTIP3	635
CCRO3	2.217	GOAU4	621
LAME4	1.925	MRVE3	599
ITSA4	1.612	CSNA3	593
CESP6	1.260	FIBR3	564
GOLL4	1.097	MGLU3	559
BRFS3	1.017	PCAR4	507
XTED11	998	ALLL3	357
USIM5	956	MDIA3	281
BRML3	929	MMXM3	215
CYRE3	895	SULA11	214
HYPE3	831	CMIG4	199
GFA3	789	JSLG3	115
TCSA3	776	DIRR3	110
BBDC4	739	HBOR3	102
BBAS3	730	ARTR3	100
OGXP3	691	QUAL3	100
TOTAL EM RENDA VARIÁVEL		34.700	

5.3.3.4) Índice de Mercado

A conta Índice de Mercado é composta por cotas de fundos, que buscam retornos de investimentos que correspondam, de forma geral, ao desempenho de um determinado índice de referência. O saldo total da rubrica, pertence ao Plano CV I, possui R\$ 15.760 mil aplicados em cotas de dois fundos de índice, sendo R\$ 8.655 mil em BOVA11 e R\$ 7.105 em SMAL11.

5.3.3.5) Empresas Emergentes

A carteira de Empresas Emergentes é composta por cotas do fundo Nordeste Empreendedor administrado pelo Banco BTG Pactual. Essa aplicação, no valor de R\$ 177 mil, é exclusiva do Plano BD.

5.3.3.6) Imobiliário

A conta Imobiliário é composta por cotas de fundos imobiliários, que investem em empreendimentos imobiliários. A totalidade do investimento que pertencem ao Plano CV I possui R\$ 5.007 mil aplicados em cotas de três fundos imobiliários conforme quadro abaixo:

		R\$ mil	
ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO	
FII THE ONE	1.391	1.434	
TRX EDIFÍCIO CORP. II	581	602	
SANTANDER AGÊNCIA FII	2.971	2.971	
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	4.943	5.007	

5.3.3.7) Derivativos

5.3.3.7.1) Opções - Ações

Nessa conta é contabilizado o valor de R\$ 27 mil, exclusivo do Plano CV I, que refere-se ao prêmio a ser recebido em decorrência da venda da opção GOLLA42, cuja liquidação ocorrerá no primeiro dia útil de 2013.

5.3.4) Investimentos Imobiliários

A carteira de imóveis, pertencente exclusivamente ao Plano BD, encerrou o ano de 2012 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 174.027 mil (R\$ 175.477 mil, em 2011), sendo R\$ 169.084 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos e R\$ 4.943 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis e créditos diversos. A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2012:

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIÇÃO NO ANO (%)
	2012	2011	
TOTAL DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	174.027	175.477	-0,83%
EDIFICAÇÕES	169.084	171.518	-1,42%
IMÓVEIS LOCADOS	162.693	152.916	6,39%
IMÓVEIS DESOCUPADOS	6.247	18.542	-66,31%
OUTROS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	144	60	140,00%
DIREITOS CREDITÓRIOS	4.943	3.959	24,85%
LOCAÇÕES	1.971	763	158,32%
ALIENAÇÕES	2.972	3.196	-7,01%

A redução do ativo da carteira de imóveis é explicada, principalmente, pela incidência da depreciação dos imóveis ocorridas durante o ano.

Ao longo do exercício de 2012, no tocante a ativos edificados, a carteira sofreu modificações patrimoniais positivas decorrentes basicamente de dois eventos: 1) reavaliações de dois imóveis; e 2) reformas diversas dos prédios Apolônio Sales (PE), Parque Cultural Paulista (SP) e Século de Frontin (RJ), entretanto estes valores não foram significativos, em relação ao total de ativos de Imóveis.

Em 2012, foram reavaliados dois imóveis, com reflexos patrimoniais no Plano BD, tudo à luz da periodicidade máxima de 36 meses prevista na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de perito independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 174 mil ao valor da carteira:

IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA DA REAVALIAÇÃO ANTERIOR	DATA DA REAVALIAÇÃO	DATA DA CONTABILIZAÇÃO	AVALIADOR	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR R\$ mil	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ mil	RECEITA DE REAVALIAÇÃO LÍQUIDA R\$ mil	VARIÇÃO %	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	CONTAS RELACIONADAS
ED. ATLANTA (AP 404)	Terceiros	21.12.09	14.08.12	03.09.12	1	162	287	125	+ 77,13%	20	1.2.3.6.04.03.01.02 1.2.3.6.04.03.02.03
ED. PEDRO FILOMENO (LOJA 06 E 07)	Terceiros	30.07.09	06.07.12	03.09.12	1	74	123	49	+ 66,41%	62	1.2.3.6.04.03.01.02 1.2.3.6.04.03.02.03
TOTAL						236	410	174	+ 73,77%		

1 - Francisco Francinildo Cavalcante Evangelista

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo global de R\$ 944 mil, com destaque para a conta de caução referente garantia prestada em razão de imóveis locados a terceiros, que detinha saldo individual de R\$ 779 mil, entre outras contas de obrigação transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a apropriar).

Durante o exercício, houve duas alienações, pelo valor total de R\$ 62 mil com o resultado líquido de R\$ 38 mil, evidenciados a seguir:

R\$ mil

LOCALIZAÇÃO	MÊS	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE VENDA	VALOR JUROS FINANC.	VALOR TOTAL VENDA	RESULTADO
Rua Osvaldo Cruz, nº 01, Vagas 309 e 325, Edifício Beira Mar Trade Center, Meireles, Fortaleza-CE	10/2012	16,00	42,00	0,00	42,00	26,00
Rua Osvaldo Cruz, nº 01, Vaga 327, Edifício Beira Mar Trade Center, Meireles, Fortaleza-CE	10/2012	8,00	20,00	0,00	20,00	12,00
TOTAL		24,00	62,00	0,00	62,00	38,00

A conta de alienação de imóveis ao final de 2012 (saldo de R\$ 88.378 mil) incorpora parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas pela Entidade, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center, Pedro Filomeno e Medical Center, todos localizados em Fortaleza-Ce. O saldo líquido da conta de alienação de imóveis, no final do exercício, conta com um montante de R\$ 2.972 mil (R\$ 3.196 mil, em 2011).

A rubrica de direitos de alienações é retificada principalmente pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações. As provisões de perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas. Em dezembro de 2012, tal provisão alcançou o saldo de R\$ 85.406 mil, do qual se destaca o valor de R\$ 85.027 mil relativo somente a vendas antigas na década de 90 do empreendimento Beira Mar Trade Center (CE), todas com processos judiciais em andamento. Para composição do valor líquido dos direitos de alienações, são deduzidas ainda as rubricas de juros a apropriar (R\$ 36,3 mil) e acrescida a rubrica de pagamentos a recuperar (R\$ 15 mil).

Ao final de 2012, a composição final do saldo devedor por venda de imóveis registra a participação dos seguintes empreendimentos: R\$ 96 mil referentes a salas do prédio Medical Center (CE); R\$ 2.222 mil para o BMTC (CE); R\$ 50 mil para apartamento do Edifício Pedro Filomeno (CE); R\$ 36 mil para apartamento do Edifício Luzia de Moraes (CE); R\$ 144 mil para o terreno da Fiúza de Pontes (CE); R\$ 404 mil para o terreno na Praia do Futuro (CE) e R\$ 20 mil referente ao apartamento do Edifício Atlantic Village (CE).

Com relação ao painel jurídico do segmento imobiliário, transitam em juízo 76 ações, incluindo principalmente execução de dívidas antigas de locação e aquelas relacionadas às vendas a prazo das unidades do BMTC, em Fortaleza-CE, que representa em torno de 20% (vinte por cento) do total dos processos.

Na carteira de imóveis, encontram-se registrados, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, 146 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

No ano de 2012, a constituição das provisões para perdas com aluguéis e encargos, alcançou, ao final do ano, o montante de R\$ 6.307 mil (R\$ 5.472 mil, em 2011), decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel. A provisão está em consonância com os critérios de provisão definidos pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado anteriormente.

5.3.5) Empréstimos

Plano de Benefício Definido (Plano BD) - No exercício de 2012, o Plano BD realizou 1.410 liberações, sendo 1.001 da modalidade EAP 2007 e 409 da linha EAP 2012, aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 196ª Reunião, realizada em 31 de julho de 2012, com portfólio ao final do ano de 6.428 contratos ativos, totalizando R\$ 86.456 mil (R\$ 88.745 mil, em 2011), saldo líquido após o desconto de provisões de perdas. A composição desse valor ao final de dezembro de 2012 é a seguinte: 0,50% do saldo corresponde a empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI; 98,57% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC; e apenas 0,93% refere-se aos contratos atualizados pela equivalência salarial.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006 foi concluído o processo de migração da antiga apólice de seguro-prestamista para o Fundo Garantidor de Empréstimo unificado. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Referida rubrica contava ao final de 2012 com saldo superavitário de R\$ 2.915 mil (R\$ 2.236 mil, em 2011). O modelo foi criado após parecer atuarial, surgindo como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano de Contribuição Variável (Plano CV I) – Em 31 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, em sua 196ª Reunião, a abertura da linha de concessão de empréstimos a Participantes do Plano CV I. No exercício de 2012 o Plano CV I realizou 139 liberações do EAP 2012 - CV, fechando o ano com portfólio de 139 contratos ativos, no valor de R\$ 937 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA.

Existe também o Fundo Garantidor de Empréstimo, que garante a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2012 o saldo da rubrica importava em R\$ 0,95 mil.

5.3.6) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2012, 75 contratos ativos, no valor total de R\$ 6.091 mil (R\$ 5.829 mil, em 2011), saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas. Desde 2003, o Conselho Deliberativo implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários, do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão ao final de 2012 de R\$ 3.303 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela meta atuarial. Paralelamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, encontra-se constituída uma provisão no montante de R\$ 1.542 mil para os casos de inadimplência.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente, desde 2005 mantemos a parceria com a Icatu Seguros. Estes contemplam casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 19.200 mil.

5.3.7) Depósitos Judiciais/Recurrais

O saldo de R\$ 294 mil em 2012 (R\$ 83 mil, em 2011) depositado em juízo pelo Plano BD, viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: R\$ 83 mil - ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; R\$ 86 mil - ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e R\$ 125 mil - ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §§1º e 2º, do Decreto -Lei nº2.065/83, sob o argumento de que a Capef goza de imunidade tributária.

5.3.8) Outros Realizáveis

O saldo da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pela rubrica Relacionados com Tributos - R\$ 348 mil em 2012 (R\$ 259 mil em 2011) e diz respeito aos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de juros sobre capital próprio, relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capef já solicitou a restituição dos valores à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6. Permanente

6.1 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2012, apresentou saldo de R\$ 8.061 mil (R\$ 5.366 mil, em 2011).

	R\$ mil	
	2012	2011
Imobilizado	8.061	5.366
Bens Móveis	595	691
Bens Imóveis	7.466	4.675

O acréscimo observado no exercício de 2012, refere-se, primordialmente, a reavaliação do imóvel sede da Capef, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa, que ocorreu em janeiro de 2012, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução SPC Nº 34, de 24/09/2009. A reavaliação, baseada em laudos de perito independente, resultou num acréscimo líquido de R\$ 3.074 mil ao valor do permanente:

IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA DA RE-AVALIAÇÃO ANTERIOR	DATA DA RE-AVALIAÇÃO	DATA DA CONTABILIZAÇÃO	AVALIADOR	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR R\$ mil	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ mil	RECEITA DE REAVLIAÇÃO LÍQUIDA R\$mil	VARIAÇÃO %	VIDA ÚTIL REMANESCENTE (EM ANOS)	CONTAS RELACIONADAS
ED. PAULO AGUIAR FROTA (CE)	PRÉDIO SEDE	02.02.09	20.01.12	31.01.12	1	974 2.252	2.000 4.300	3.074	+ 95,29%	65	1.3.1.1.02.02.01 1.3.1.1.02.03.01
TOTAL						3.226	6.300	3.074	+ 95,29%		

O teste de recuperabilidade aplicado pela Entidade, realizado com base na Resolução CFC 1.110, de 29 de novembro de 2007 que aprovou a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizou os parâmetros da apólice de seguro em vigor para avaliar o valor de mercado dos bens da Entidade, este demonstrou que o valor contábil dos ativos são recuperável.

A administração não encontrou evidências nas fontes internas e externas que assinalem grupo de ativos que estejam desvalorizados, tendo em vista a idade recente de seus bens e do parque tecnológico que compõe o imobilizado.

6.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 para atender à convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2012, apresentou saldo de R\$ 3.445 (R\$ 3.165 mil em 2011). O quadro a seguir detalha a composição do intangível.

R\$ mil

Projetos	Custo Total	Prazo de Amortização	Início da Amortização	% Amortização	Amortização no Ano (R\$ mil)	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil
Sistema de Benefício	2.469	120 meses	mai.11	10.	247	412	2.057
Sistema de Imóveis	432	60 meses	ago.13	20.	-	-	432
Sistema de Empréstimos	83	60 meses	jan.11	20.	17	33	50
Sistema de Cálculo Atuarial	10	60 meses	abr.11	20.	2	5	5
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	102	60 meses	mar.14	20.	-	-	102
Sistema de Provisão Judicial	50	60 meses	jan.11	20.	10	20	30
Sistema de Gestão Atuarial	566	60 meses	ago.13	20.	-	-	566
Software	666	60 meses			107	463	203
TOTAL	4.378				383	933	3.445

7. Exigível Operacional

7.1) Previdencial

No final do exercício de 2012 o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.238 mil (R\$ 1.529, em 2011).

O saldo corresponde, primordialmente, as provisões de pecúlios e restituições a pagar aos Participantes do Plano BD em R\$ 541 mil e às retenções do Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Secretaria da Receita Federal na devida competência, no valor de R\$ 620 mil.

7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capef relativos ao pagamento de despesas com pessoal, encargos, serviços de terceiros, bem como ingresso de recursos que contribuirão para formação de resultados de meses subsequentes e retenções incidentes sobre os pagamentos decorrentes de gastos administrativos a serem repassadas à Secretaria da Receita Federal na devida competência. No final do exercício de 2012 o saldo deste grupamento totalizou R\$ 880 mil (R\$ 537 mil, em 2011).

7.3) Investimentos

No final do exercício de 2012 o saldo deste grupamento totalizou R\$ 19.874 mil (R\$ 17.253 mil, em 2011).

Neste grupo encontram-se registrados preponderantemente o saldo da rubrica "Outras Exigibilidades", do Plano BD, cujo saldo totaliza R\$ 17.112 mil (R\$ 16.273 mil, em 2011) e corresponde aos tributos compensados dos créditos tributários provenientes do RET, reconhecido em 2007, e não homologado em 2008.

Durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008, foram compensados os tributos de responsabilidade da Capef. As compensações foram interrompidas quando foi recebida a notificação da Secretaria da Receita Federal informando a não homologação do crédito do RET. Em dezembro de 2008 foi registrada a provisão dos impostos a recolher, face possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato.

8. Exigível contingencial

Registram-se no exigível contingencial ocorrências vinculadas às decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e os depósitos que o Plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2012, o Exigível Contingencial, pertence exclusivamente ao Plano BD e PGA, totalizou R\$ 112.058 mil (R\$ 84.247 mil, em 2011). Não há, até esta data, qualquer passivo contingencial para o Plano CV I.

Rubrica	R\$ mil	
	2012	2011
Exigível Contingencial	112.058	84.247
Gestão Previdencial	107.706	81.634
Provisionado (Provável)	74.547	48.271
Depósito Judicial	31.690	32.040
Depósito Recursal	1.469	1.323
Gestão Administrativa	2.279	2.125
Provisionado (Provável)	154	0
Depósito Judicial	2.106	2.106
Depósito Recursal	19	19
Investimentos	2.073	488
Provisionado (Provável)	1.780	405
Depósito Judicial	293	83

8.1) Gestão Previdencial

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável, estão distribuídas conforme quadro a seguir.

Rubrica	R\$ mil	
	2012	2011
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL		
Saldo Inicial	81.634	62.288
Reclassificação dos Depósitos Judiciais/Recursais cfe. Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 08/09/2011	0	33.363
Constituição/Reversão de Depósitos Judiciais/Recursais	(204)	0
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	28.763	812
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(4.839)	(17.899)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	4.405	4.622
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(2.053)	(1.552)
Saldo Final	107.706	81.634

O saldo final refere-se:

- i) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos Participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003;
- ii) a obrigações decorrentes de demandas judiciais, excedentes aos efeitos da adesão ao Regulamento de 2003, referentes a diferença de benefício líquida de contribuições, devolução de contribuição extra e de contribuição acima de 360 dias, valor do pecúlio, abono, cesta-alimentação e outras; e
- iii) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

O valor da provisão constituída se refere, sobretudo, a 24 (vinte e quatro) processos de Diferença de Benefícios por revisão de Adicional de função em comissão de um grupo de Participantes, face mudança de estimativa prevista em relatório jurídico.

Ressalte-se que há 212 processos judiciais classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução nº 1.180, de 24 de julho de 2009. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do Acordo Geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 370.137 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, porque a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de ser avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

8.2) Gestão Administrativa

No exercício de 2012 ocorreu a constituição de uma nova provisão judicial administrativa correspondente a um processo de danos morais contra a Entidade.

Rubrica	R\$ mil	
	2012	2011
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL		
Saldo Inicial	2.125	0
Reclassificação dos Depósitos Judiciais/Recursais cfe. Instrução MPS/ PREVIC nº 05, de 08/09/2011	0	1.808
Constituição de Depósitos Judiciais/Recursais	0	317
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	100	0
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	54	0
Saldo Final	2.279	2.125

Permanece à disposição da justiça depósitos judiciais e recursais no valor total de R\$ 2.125 mil que correspondem a uma ação onde o reclamante pleiteia o pagamento de diversas verbas trabalhistas (RS 336 mil) e uma ação de PIS/COFINS, vide nota 11 (R\$ 1.789 mil). Não existem demandas classificadas como possíveis.

	R\$ mil	
	Depósitos Judiciais	Depósitos Recursais
	2106	19
PIS/COFINS	1789	0
Ações Trabalhista	317	19

8.3) Investimentos

As contingências do fluxo de investimento, pertencente exclusivamente ao Plano BD, classificada como perda provável, finalizaram o exercício de 2012 com um saldo de R\$ 2.073 mil (R\$ 488 mil, em 2011).

Rubrica	R\$ mil	
	2012	2011
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL		
Saldo Inicial	488	380
Reclassificação dos Depósitos Judiciais/Recurais cfe. Instrução MPS/ PREVIC nº 05, de 08/09/2011	0	83
Constituição de Depósitos Judiciais/Recurais	210	0
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	1.423	0
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	26	25
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(124)	0
Saldo Final	2.073	488

O saldo final refere-se:

- i) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras. A Entidade desistiu da ação face adesão a MP 2.222/01;
- ii) no segmento de investimentos imobiliários as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais das vendas a prazo das alienações fiduciárias;
- iii) no segmento de empréstimos e financiamentos as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários; e
- iv) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa dos interesses da Entidade (depósitos recursais).

9. Patrimônio Social

9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2012, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 2.518.202 mil (R\$ 2.410.975 mil, em 2011). A variação de 4,45% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

Ressalte-se que as Provisões Matemáticas decresceram em termos reais (aumento de 4,45%, inferior à variação do INPC no período, 6,20%). Essa redução real é natural em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio, o montante dos benefícios pagos supera o recebimento das contribuições e a rentabilidade da meta atuarial sobre as provisões matemáticas.

Rubrica	R\$ mil	
	2012	2011
Provisões Matemáticas	2.518.202	2.410.975
Benefícios concedidos	1.802.104	1.744.002
Benefícios a conceder	716.098	666.973

O saldo das Provisões Matemáticas que pertence ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2012, totalizaram R\$ 119.469 mil (R\$ 60.755 mil, em 2011). O crescimento de 96,64% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e do desempenho dos investimentos. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em maio de 2010.

R\$ mil		
Rubrica	2012	2011
Provisões Matemáticas	119.469	60.755
Benefícios concedidos	542	0
Benefícios a conceder	118.927	60.755

9.1.2) Equilíbrio Técnico

9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

Na posição de 31 de dezembro de 2012, registrou-se superávit técnico acumulado de R\$ 26.531 mil.

O superávit apresentado no Plano BD, na posição de dezembro de 2011, no montante de R\$ 3.645 mil, foi impactado positivamente, no exercício de 2012, pelo resultado positivo dos investimentos no valor R\$ 322.931 mil e, negativamente, no valor de R\$ 300.063 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios, constituição de contingências e despesas administrativas, resultando no superávit de R\$ 26.513 mil na posição de 31 de dezembro de 2012.

R\$ mil	
SUPERÁVIT EM 31/12/2011	3.645
Investimentos	322.931
Custeio administrativo	(10.468)
Provisões atuariais	(107.226)
Gestão previdencial	(154.308)
Fundo previdencial	(719)
Contingências	(27.342)
SUPERÁVIT EM 31/12/2012	26.513

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31 de dezembro de 2012, apresenta-se superavitário em R\$ 18 mil (atuariamente equilibrado em 31 de dezembro de 2011), visto que parte das obrigações atuariais existentes, referentes aos benefícios concedidos, possuem características de benefício definido, não mais apresentando todos os portfólios natureza individual.

O quadro abaixo do resultado atuarial demonstra os impactos positivos dos investimentos e do recebimento das contribuições no valor de R\$ 64.247 mil e, negativo, no valor de R\$ 64.229 mil pelo aumento das obrigações do plano, pagamento de despesas administrativas e constituição de fundos previdenciais.

R\$ mil	
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2011	0
Investimentos	12.537
Custeio administrativo	(2.921)
Provisões atuariais	(58.714)
Gestão previdencial	51.710
Fundo previdencial	(2.594)
Contingências	0
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2012	18

9.2) Fundos

9.2.1) Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o fundo de solvência atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre: i) as contribuições individuais dos Participantes ativos; ii) o saldo da conta de Patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e iii) a recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o fundo mutualista para benefício de risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes ativos veridas ao plano.

Os fundos do Plano CV I totalizam R\$ 5.622 mil, na posição de 31 de dezembro de 2012, (R\$ 3.030 mil, em 2011) sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 2.011 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 3.611 mil).

Não consta, na posição de 31 de dezembro de 2012, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

9.2.2) Fundos de Investimentos

9.2.2.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2012, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 3.270 mil (R\$ 2.548 mil, em 2011).

No exercício de 2012, foi utilizado do fundo o valor de R\$ 936 mil (R\$ 907 mil, em 2011), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 1.302 mil (R\$ 1.187 mil, em 2011) decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 356 mil (R\$ 271 mil, em 2011), em virtude de sua rentabilidade.

9.2.2.2) Plano CV - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2012, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 0,95 mil.

No exercício de 2012 foram constituídos os valores de R\$ 0,93 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 0,02 mil, em virtude de sua rentabilidade.

9.2.3) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído ou desconstituído pelas receitas oriundas da Gestão Previdencial, Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativas, deduzidas das Despesas e Contingências Administrativas. No exercício de 2012, o Plano BD destinou 9,00% (9,00%, em 2011) e o Plano CV I 5,6% (5,6%, em 2011) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de Participantes ativos e Assistidos, ao custeio administrativo. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$ 22.353 mil (R\$ 14.993 mil, em 2011).

10. Fatos relevantes na gestão administrativa

A segregação do Plano de Gestão Administrativa foi estabelecida através do Anexo C – Normas Gerais, da Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

A Capef implantou essa segregação ainda em 2009 com a criação do Balancete de Operações Administrativas, denominado de Plano Gestor, observando a experiência de outras Entidades e antecipando-se à obrigatoriedade legal. Para a criação do novo Balancete foi necessária a transferência dos recursos administrativos do Balancete do Plano de Benefício para o Balancete do Plano Gestor.

10.1 – Receitas Administrativas

As receitas administrativas de 2012 foram impactadas pela reavaliação do imóvel sede da Entidade, atendendo ao prazo legal de pelo menos 3 (três) anos, conforme estabelece o item 21 da Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

A reavaliação positiva, baseada em laudos de perito independente, foi registrada na rubrica “Outras Receitas Administrativas”. Segue no quadro abaixo detalhamento da rubrica conforme determina a Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, que estabelece o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis que contenham a denominação “Outro(a)s”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas contábeis.

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2012	2011
Recuperação de Despesas	1	316
Atualização Monetária	-	1
Reavaliação de Imóvel	3.074	-
Outras	1	-
TOTAL	3.076	317

10.2 – Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 10.201 mil (R\$ 9.454, em 2011).

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ mil	
	2012	2011
Pessoal e Encargos	6.801	6.227
Treinamentos/Congressos e Seminários	131	107
Viagens e Estadias	143	119
Serviços de Terceiros	987	969
Despesas Gerais	1.299	1.288
Depreciação e Amortização	840	744
TOTAL	10.201	9.454

Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração de investimentos. Os critérios adotados pela Capef para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimento foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e de despesas de administração de investimentos respectivamente.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração. No final, a participação de cada administração ficou assim representada: 49,89% (49,50%, em

2011) para a Administração Previdencial e de 50,11% (50,50%, em 2011) para a Administração dos Investimentos.

Conforme estabelece a Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Essa participação não representa direito a receber dos planos previdenciais, devendo ser observado o regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade as despesas são segregadas proporcionalmente aos custeios pagos no mês por cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo.

	R\$ mil	
	2012	2011
Participação no Fundo Administrativo	22.353	14.994
Plano BD	19.551	13.888
Plano CV	2.802	1.106

11. Tributos federais

Com a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, que derrubou a ampliação do conceito de faturamento determinado pela Lei 9.718/98, a Capecf entrou com Mandado de Segurança visando obter decisão mandamental e declaratória da não incidência do PIS - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre os recursos destinados ao Custeio da Gestão Administrativa, além da recuperação dos valores recolhidos a partir da competência de setembro de 2001.

Assim, a partir do 2º semestre de 2006, a Capecf passou a depositar em juízo as parcelas vincendas correspondentes aos recolhimentos do PIS e da Cofins sobre o custeio administrativo, respaldada por autorização judicial específica. Em 2010 adveio a confirmação da sentença favorável à entidade em segunda instância judicial.

A matéria ainda poderá ser objeto de Recurso Especial e/ou Recurso Extraordinário por parte da Fazenda Nacional, porém com improváveis chances de reforma, tendo em vista que a jurisprudência está firmada em sentido favorável à entidade.

Há que se ressaltar que tais recursos, via de regra, não são dotados de efeito suspensivo, o que implica dizer que não tem o condão de suspender a eficácia da decisão favorável à Capecf.

Neste contexto, embora o êxito ainda não seja definitivo, o cenário consolidado na ação judicial dá à entidade uma margem de discricionariedade optando, dessa forma, por interromper os depósitos de PIS e Cofins.

A Entidade questiona junto à esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) a não homologação do crédito tributário, reconhecido em 2007, no valor de R\$ 11.111 mil proveniente da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET – Regime Especial de Tributação, alusivos ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004. Esse crédito, atualizado monetariamente, foi utilizado para compensar os recolhimentos tributários da entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008.

A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a Capef, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar a reversão do saldo desse crédito, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela Selic e a reconhecer a multa de 20%.

Em 2012 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil) relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004. Permanecem pendentes de homologação os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 e ao 4º trimestre de 2004 no valor de R\$ 8.160 mil (valor original de R\$ 3.963 mil).

Todos os questionamentos citados acima pertencem ao Plano BD, o Plano CV I não possui demandas fiscais.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2013.

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

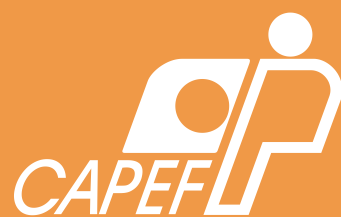
Diretor Presidente
CPF 166.111.283-87

FERNANDO BARROS DE LIMA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 248.174.303-20

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15



Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF
Av. Santos Dumont, 771 Centro Fortaleza - CE
www.capef.com.br